

## NOTA PÚBLICA

As associações dos servidores públicos das Agências Reguladoras abaixo assinadas vêm reafirmar perante a sociedade brasileira a importância do serviço público e da atividade regulatória do Estado.

A Constituição Federal de 1988 buscou alcançar no país o chamado Estado Social, que coloca o Estado como agente de promoção social e organizador da economia, estabelecendo direitos fundamentais à população, após anos de restrições de direitos civis e aumento da desigualdade. Para tanto, o papel atribuído ao Estado pela Sociedade, e conseqüentemente ao seu conjunto de funcionários, tem papel central no arranjo político-institucional-social do país.

Por outro lado, a partir de 1988 e durante muitos anos, as condições necessárias para que a mão-de-obra do Estado exercesse plenamente suas funções não acompanharam a imensa expectativa da população por serviços públicos de melhor qualidade. Hospitais e escolas sucateadas, baixo salários, falta de planos de carreira e capacitação de seus quadros podem ser citados como exemplos.

Nesse aspecto, Bresser Pereira, na década de 90, teve papel fundamental na reforma do Estado, propondo um modelo Gerencial na Administração Pública, e modelando carreiras de estado no serviço público para dar vazão às necessidades do país. Mais recentemente, principalmente no Governo Federal, a partir do ano de 2003, foi levada a cabo uma política de valorização dos servidores, com aumentos significativos de remuneração e melhoria considerável das condições de trabalho. Tal iniciativa permitiu atrair para os quadros públicos servidores altamente qualificados, como admitiu o próprio Ministro Paulo Guedes, em nota posterior ao seu infeliz pronunciamento do último dia 07 de fevereiro.

Recente estudo do Banco Mundial apontou que servidores federais ganham mais que funcionários do setor privado em funções semelhantes. Essa constatação tem sido usada diuturnamente como argumento para enquadrar os servidores como uma casta de privilegiados, sem, no entanto, sopesar as contrapartidas oferecidas ao Estado e à Sociedade e sem considerar remunerações indiretas percebidas pelos profissionais da

iniciativa privada, tais como FGTS, dividendos, participação sobre lucros das empresas, bônus por desempenho, planos de saúde, dentre outros, não contemplados no estudo.

No entanto, convenientemente, são desconsiderados outros estudos que revelam que o empregado privado no Brasil ganha menos do que deveria (tais como os estudos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômico – DIEESE), fato que lança outra perspectiva aos dados apresentados, cuja avaliação inicial pode levar a ideia de que os salários dos servidores públicos estejam altos demais. Ademais, a própria pesquisa do Banco mundial aponta que, em geral, os servidores públicos em todo mundo ganham, em média, melhor que funcionários da rede privada em condições semelhantes.

A nosso ver, isso ocorre em função de que há cargos que, simplesmente, não possuem similares na iniciativa privada, carregando consigo grandes responsabilidades inerentes à sua função de sempre priorizar o interesse público em detrimento do privado. Não raro, nós servidores, nos encontramos em situações em que somos responsáveis pela análise/aprovação de bilhões de reais, podendo responder, não como agente público, mas como pessoa física, por algum eventual problema, devendo prestar contas aos sistemas de controle interno, Tribunais de Conta e Ministério Público.

É injusto e antiprodutivo tratar os servidores públicos somente como custos a serem eliminados, sem analisar a sua respectiva contribuição ao país e o fato de que o maior gasto do Governo Federal é o gasto com os juros da dívida, que não trazem qualquer benefício à Sociedade.

Nesse ponto, destacamos o papel fundamental das Agências Reguladoras Federais para o país, que surgiram num processo de reforma administrativa do Estado para organizar e coordenar a prestação de serviços públicos exercidos de forma indireta por privados, além de regular o uso de bens de domínio público (por ex., água e petróleo). Esses órgãos são responsáveis por operar a legislação aplicável, realizar análises econômicas e observar as características materiais de cada setor específico de atuação (telecomunicações, cinema e audiovisual, energia elétrica, saúde, petróleo,

transportes aquaviários e terrestres, vigilância sanitária, água e aviação civil). Permitem, assim, por intermédio de seus quadros de servidores altamente qualificados e especializados, que os serviços sejam prestados em atenção à lei e aos contratos, sempre buscando o desenvolvimento do país nesses segmentos.

Estamos diante de um momento crucial, no qual o atual governo apresentará ao Congresso a reforma administrativa. É primordial, nesse contexto, que a reforma considere uma melhoria da eficiência do Estado e uma melhor prestação de serviços públicos. Mas, no contexto econômico, o país precisará cada vez mais de um corpo técnico qualificado e motivado que consiga implementar as mudanças necessárias.

Nesse cenário, a desinformação pode levar a conclusões simplórias e equivocadas tais como a de que o Estado Brasileiro está inchado. O Atlas do Estado Brasileiro 2019, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), demonstra que somos, atualmente, 11,4 milhões de servidores públicos nas esferas federal, estadual e municipal, ou seja, aproximadamente 5,4% da população do país, muito atrás de países como Alemanha (10,6%), Estados Unidos (15,3%), Canadá (18,2%), França (21,4%), dentre outros.

Ademais, se apregoa que o fim da estabilidade seria o divisor de águas entre um Estado mais eficiente e menos eficiente, desconsiderando que a estabilidade dos servidores públicos visa garantir, de um lado, a continuidade e a eficiência da Administração e, de outro, a legalidade e impessoalidade da gestão da coisa pública.

Assim, o que devemos pregar sempre é a responsabilidade e o senso público de nossos dirigentes e representantes. Esperamos que o governo não nos trate como inimigos, como declarações recentes como a do Ministro Paulo Guedes nos levam a inferir, mas como aliados para que, juntos, consigamos levar o país ao patamar que ele efetivamente pode alcançar, mais justo e próspero. Certamente ingerências políticas lograriam mais êxito não fosse o papel desempenhado pelo servidor público produtivo, comprometido, estável e motivado.

Por fim, apesar da guerra da comunicação que coloca o peso de vários problemas do país em nossas costas, é importante que fique claro à Sociedade que um serviço público de qualidade que garanta seus direitos fundamentais passa, necessariamente, pela valorização do funcionalismo público, e não o contrário.

Brasília, 11 de fevereiro de 2020.

Associação dos Servidores da Agência Nacional de Águas - **ASÁGUAS**



Associação dos Servidores da Agência Nacional de Energia Elétrica - **ASEA**



Associação dos Servidores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - **ASANTAQ**



Associação dos Servidores da Agência Nacional de Transportes Terrestres – **ASEANTT**



Associação dos Servidores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - **UNIVISA**



Associação dos Servidores e demais Trabalhadores da Agência Nacional de Saúde Suplementar – **ASSETANS**



Associação dos Servidores Públicos da Agência Nacional do Cinema – **ASPAC**



Associação Nacional dos Servidores da Agência Nacional de Mineração - **ASANM**



Associação Nacional dos Servidores da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - **ASANP**

